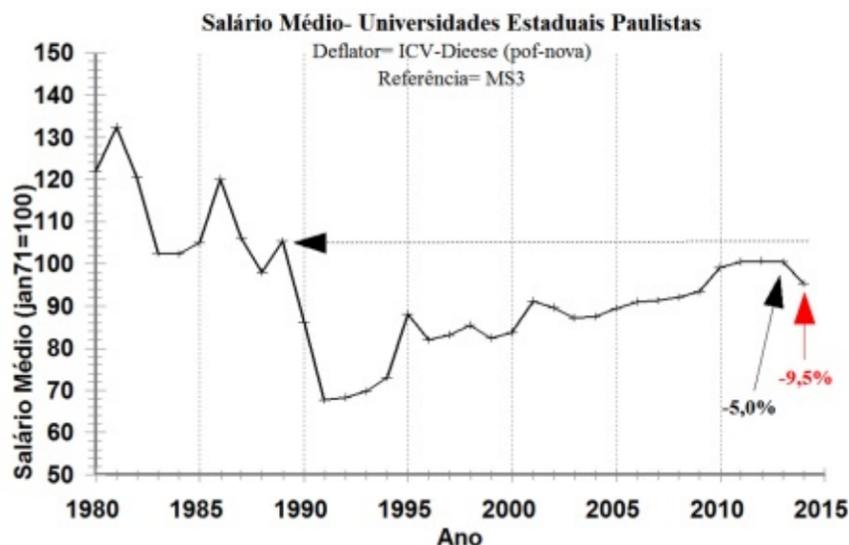


## As sérias consequências do arrocho salarial

O gráfico abaixo descreve a evolução, a partir de 1980, do salário real médio de um MS3 em RDIDP, estimado pelo ICV-DIEESE, adotando como valor 100 o salário de janeiro de 1971.



Muitas informações interessantes podem ser extraídas deste gráfico, em particular o resultado dos movimentos de greve em 1994, 2000 e 2004. O que talvez mais chame a atenção é que após a enorme perda imposta em apenas dois anos — entre 1989 e 1991 — foram necessários quase 25 anos para que recuperássemos uma parcela significativa do poder aquisitivo real médio que nos tomaram. Aparentemente, um novo ciclo de arrocho se inicia com o mandato de Zago e Vahan. A história nos ensina que é preciso resistir com firmeza a este tipo de iniciativa, pois deixa marcas indeléveis no corpo e nas atividades-fim da universidade.

O arrocho de salários, como já vimos acontecer na educação pública básica, contribui para a corrosão e eventual destruição da capacidade instalada, constituindo-se em enorme desperdício de investimento público anteriormente destinado ao setor. Além disso, potencializa a privatização interna da universidade pública, em particular através das fundações privadas, ditas “de apoio”.

De pouco vale a “temperança”

que a atual administração tenta passar aos docentes por meio de vídeos e cartas. O fato é que sem a luta — que empreendemos e continuaremos a empreender — por mais investimento nas universidades estaduais paulistas, assistiremos, em pouco tempo, ao desmonte destas instituições como universidades que mereçam esse nome.

Causa surpresa que a Reitoria considere inapropriado responsabilizar o governo estadual pela falta de financiamento perene e adequado para contemplar a expansão das universidades estaduais paulistas, ou que defenda como legítimo, por exemplo, o desconto do montante da Habitação da base de cálculo do repasse a que elas fazem jus. Todos aqueles que leem com atenção (e um mínimo de isenção) a argumentação amplamente divulgada pelo Fórum das Seis e pela Adusp sabem que tínhamos duas frentes:

- 1) Arrocho é inaceitável e há espaço para negociação;
- 2) A situação das universidades estaduais é séria e precisamos agir de forma enérgica para mudar o enunciado do artigo 4º da

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de forma que recebam o mesmo tratamento que os municípios, o que nos levou a defender a introdução da expressão “total do produto do ICMS”. Isto porque estamos no Brasil; em países organizados não seria necessária a mudança de redação para que as bases de cálculo de municípios e das universidades estaduais fossem as mesmas.

Adicionalmente, cabe destacar que, conforme mostra estudo do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Sinafresp), a lei que instituiu a Nota Fiscal Paulista viola preceitos básicos e precisa ser revista. Em particular, como já escrevemos, ainda que seja uma iniciativa destinada a combater a sonegação, não pode ser financiada por meio da retirada de recursos dos municípios e do financiamento de direitos sociais fundamentais, tais como educação e saúde públicas.

Argumentar, como fez o reitor da USP, que um artigo do secretário da Fazenda responde a essas questões é o mesmo que argumentar ser indevido suspeitar de raposa indicada para cuidar de um galinheiro. Afinal, o governo Alckmin é mais um exemplo dos que têm ojeriza da vinculação de verbas para o financiamento dos direitos sociais fundamentais da população paulista.

Os demais membros do atual Cruesp reconheceram a validade e oportunidade das propostas (1) e (2) acima, tanto é que, à sua maneira, tentaram intervir na Assembleia Legislativa (Alesp) durante o debate da LDO-2014. Só o reitor da USP, isolado, publicamente avisa o governo e propala aos docentes da USP que as universidades estaduais não precisam de mais recursos. Interessante esta postura, mais adequada a um representante do governo na USP, do que a um man-

datário da USP perante o governo.

Registre-se que o Cruesp há tempos sabe que os 9,57% são insuficientes. Ofício datado de 29/7/2005, assinado pelo professor Marcos Macari, então presidente do Cruesp, reivindicava a passagem dos 9,57% para 10,27% (<http://goo.gl/YYoTTh>). Os argumentos apresentados no ofício envolvem, entre outras ponderações, a expansão das estaduais paulistas. Vai ver que a atual administração da USP também não sabia disto; no entanto, suas declarações desqualificam seus pares do Cruesp, de ontem e de hoje. Aparentemente, a atual gestão reitoral da USP não parece importar-se com isto. Fato é, porém, que se trata de atitude incompatível com o exercício dos cargos de reitor e vice-reitor.

Interessante também a repetida assertiva da atual administração de que de nada sabia, tudo ignorava, embora seus expoentes compusessem a administração J.G. Rodas. Será que não era para desconfiar da origem dos recursos destinados por J.G. Rodas às Pró-Reitorias, em particular a de Pesquisa, com os quais financiou-se um grande número de Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs), os quais tiveram suas verbas confiscadas tão logo Zago e Vahan tomaram posse como reitor e vice-reitor?

Carta alguma da atual administração fará os docentes esquecerem as páginas amarelas da *Veja*, a entrevista no *Estadão*, as ameaças de corte do RDIDP, a desqualificação do pessoal docente que há anos dedica-se à USP, a manutenção no cargo do coordenador da Superintendência do Espaço Físico (SEF) depois de insultar docentes e estudantes, o modo desrespeitoso como foi tratada a questão da EA-CH, a ameaça de corte de ponto e

continua na página 2

7 de agosto  
15h00 Assembleia Geral da Adusp - Anfiteatro da História  
em pauta: Avaliação da Greve - Ato de 14/8 no Palácio

## continuação da matéria de capa

Tabela 1: Perda Salarial desde Maio de 2013

	ICV-Dieese*	Salário real (%)	IPC-Fipe*	Salário real (%)	IPC-A*	Salário real (%)
Maio de 2013	–	100	–	100	–	100
Maio de 2014	7,05%	93,42	5,20%	95,06	6,28%	94,09
Junho de 2014	7,20%	93,29	5,46%	94,82	6,38%	94,01
Julho de 2014	7,20%	93,28	5,50%	94,79	7,20%	93,29

o desrespeito ao direito de greve, a indisposição ao diálogo, à argumentação e à contestação... A lista já é longa e estamos apenas no primeiro semestre de mandato.

**Salário real.** Enquanto a Reitoria tergiversa, a tabela 1 indica o valor real do nosso salário em relação ao de maio de 2013, utilizando uma variedade de estimadores da inflação: ICV-DIEESE (o nosso padrão de estimativa), IPC da Fipe e Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPC-A).

Frise-se que, em tempos de inflação não muito alta, perdas de

cerca de 7% são muito significativas. Se a evolução inflacionária acirrar-se, esta situação pode agravar-se consideravelmente. É por isto que insistimos em não aceitar arrocho de salários: quando começa, é muito difícil de reverter.

**A sangria continua.** A perda de recursos por não termos a mesma base de cálculo dos municípios (i.e., não ter no artigo 4º da LDO a expressão “total do produto do ICMS”) permanece em 2014 e continuará vigorando em 2015! Até o mês de junho de 2014, não foram incluídos na base de cálculo das es-

taduais paulistas R\$ 1,305 bilhão, incluindo o desconto mensal de R\$ 104 milhões correspondente à Habitação. Se incluirmos os 75% de R\$ 999,8 milhões distribuídos pela Nota Fiscal Paulista em abril/2014, o montante faltante na base de cálculo dos 9,57% das estaduais paulistas atinge, apenas no primeiro semestre de 2014, R\$ 2,055 bilhões! Ou seja, até agora essa prática já subtraiu, em 2014, R\$ 197 milhões das universidades públicas estaduais!

**Ida ao Palácio.** Faz parte da nossa luta contra o arrocho salarial, continuarmos a nos empenhar em

obter mais investimento em Educação Pública em geral e nas universidades estaduais paulistas em particular. Com esta perspectiva, o Fórum das Seis protocolou pedido de audiência com o governador do Estado e realizará, no dia 14/8, Ato Público no Palácio dos Bandeirantes. Até agora, não recebemos resposta do governo. Apresentamos ao governador Alckmin no ofício, e o faremos também no Ato, nossas reivindicações de maior investimento na Educação Pública em geral, assim como na USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza.

Somente nossa mobilização e nossa organização podem, de fato, garantir condições dignas de vida e trabalho para o corpo da universidade, resistindo ao descompromisso do governo estadual em dar a devida prioridade à educação, bem como às ameaças e à intransigência que têm caracterizado a administração da USP até agora.

## Carta aberta ao pró-reitor de Pesquisa

A sessão da AG Permanente da Adusp de 28/7 aprovou carta a ser enviada ao pró-reitor de Pesquisa da USP, professor José Eduardo Krieger, a propósito de entrevista encaminhada por e-mail institucional aos docentes. A seguir os principais trechos da carta, protocolada em 31/7 (<http://bit.ly/1ohK9VZ>):

Senhor professor,

Em 27 de junho de 2014 o senhor enviou à comunidade universitária uspiana mensagem eletrônica que reproduzia uma entrevista concedida por Simon Schwartzman à revista Época. Da parte dos docentes, a imensa maioria dos destinatários de seu e-mail é constituída, como bem sabe, por doutores [...]. Trata-se portanto de um corpo docente altamente qualificado, que sabe onde buscar informações confiáveis sobre os mais diversos temas, entre eles o relativo às políticas públicas para o ensino superior. E, quando o faz, o arquivo do semanário das Organizações Globo não será certamente a fonte preferencial para sua investigação [...]. Por que, perguntamos, a Pró-Reitoria de Pesquisa, órgão que deveria zelar pela qualidade da investigação acadêmica, divulga um texto que prima pelo viés ideológico da mercantilização do ensino público, pela ofensa ao

trabalho realizado numa de nossas unidades, além de pregar a ruptura do regime de dedicação integral e exclusiva, mola-mestra da pesquisa realizada na Universidade de São Paulo?

[...] Simon Schwartzman advoga para as autoridades universitárias a “liberdade” para pagar o salário que quiser e para quem quiser, além de poder dispensar “quem não é tão talentoso assim.” Isonomia salarial, critérios uniformes e democráticos de seleção de quadros, estabilidade para que o pesquisador possa exercer suas atividades de modo autônomo e não sujeito a pressões externas, tudo isso é totalmente descartado na perspectiva do sociólogo que presidiu o IBGE no auge de seu desmonte, durante a década de 1990 [...].

Causa-nos perplexidade e consternação o fato de o senhor, além de endossar tamanha inépcia, acolher e divulgar a agressão gratuita e absolutamente despropositada que Schwartzman fez à EACH. A unidade, vítima do descaso e da ação criminosa de certos dirigentes universitários, é tratada na entrevista como equívoco a ser extirpado da USP.

[...] Para encerrar, gostaríamos de lembrá-lo de que o uso do correio eletrônico institucional é pautado por normas que o senhor tem o dever de observar [...].”

## Fórum das Seis pede ao Cruesp que antecipe negociação prevista para 3/9

Por decisão de reunião realizada em 30/7, o Fórum das Seis encaminhou ofício ao Cruesp, no qual comunica à professora Marilza Rudge, que preside o colegiado, que, por entender que “a reunião agendada entre as partes para o dia 3/9/2014 terá como pauta o reajuste salarial”, e tendo em vista “o impasse existente nas três universidades hoje, por conta da greve de servidores docentes e técnico-administrativos”, reivindica que essa reunião de negociação seja antecipada para a primeira semana de agosto.

Na mesma reunião, o Fórum das Seis, após constatar a aprovação de seu indicativo pelas assembleias das categorias (vide p. 3), confirmou a realização de um ato público diante do Palácio dos Bandeirantes em 14/8.

Outra decisão foi a aprovação de moção de repúdio à decisão do Tribunal de Justiça (TJ-SP) de negar *habeas corpus* ao funcionário da USP, e estudante da instituição, Fábio Hideki Harano, preso ilegalmente em 23/6 e aprisionado, sem processo, no presídio de Tremembé.

## Unicamp concede abono salarial de 21% e docentes suspendem a greve

Em reunião entre a Reitoria da Unicamp, a Adunicamp e representantes de diferentes unidades de ensino da universidade realizada em 31/7, o reitor Jorge Tadeu Jorge concedeu abono de 21% aos professores, aplicados sobre o salário de julho, a ser pago em uma única parcela sete dias após as atividades se normalizarem.

Diante da proposta, a assembleia dos docentes da Unicamp, realizada no mesmo dia, deliberou pela suspensão da greve. Os professores se manterão mobilizados, participando ativamente de ações públicas até a retomada das negociações salariais.

A proposta inicial da Adunicamp foi de um abono de 26%, tendo em vista a afirmação do reitor que a universidade poderia conceder reajuste salarial de até 5,2%.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) declarou ao Informativo Adusp que o abono não foi concedido aos funcionários técnico-administrativos, que permanecem em greve, conforme deliberação de assembleia realizada em 1/8. “O abono não é uma das pautas dos funcionários, nem foi discutido em assembleia”, disse Marina Rabelo Tavares, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), “nós negociamos através do Fórum das Seis”.

# Frente à truculência da Reitoria, docentes reforçam greve e ampliam agenda

Resposta à decisão do TJ-SP de desinterditar o *campus* da EACH tem destaque nos debates da assembleia de 28/7

Diante do endurecimento da Reitoria da USP, que por meio da Circular 012/2014 da Coordenadoria de Administração Geral (Codage) autorizou o corte de ponto dos funcionários técnico-administrativos e dos docentes em greve e, paralelamente, conseguiu que a Justiça concedesse a “reintegração de posse” dos prédios do *campus* Butantã que apresentem piquetes nas entradas, nova sessão da Assembleia Geral Permanente da Adusp se realizou no auditório da História em 28/7, com alta adesão da categoria.

A AG aprovou o indicativo do Fórum das Seis de realizar ato diante do Palácio dos Bandeirantes em 14/8, em defesa de mais recursos para a educação em geral e para as universidades estaduais em particular. Aprovou também os encaminhamentos propostos pela Comissão de Mobilização (CM). Endossou declaração conjunta da Adusp e do Sintusp, de repúdio ao corte de ponto, bem como aprovou uma carta, elaborada pela CM, a ser encaminhada à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP (<http://goo.gl/xQvBTR>), em resposta à divulgação eletrônica da entrevista de Simon Schwartzman à revista *Época*.

Além do forte descontentamento com as recentes medidas da Reitoria, as unidades trouxeram informes sobre as atividades que estão sendo planejadas para o início do semestre.

Na única decisão sem relação direta com a greve, a AG, após debate de cerca de hora e meia, deliberou por ampla maioria autorizar a Adusp a impetrar um agravo à decisão de um desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-SP) que permitiu, em 22/7, a desinterdição do *campus* da EACH.

## EACH em debate (1).

Dando vida à palavra de ordem “Somos todos EACH!”, docentes de várias unidades manifestaram-se. A questão imediata em jogo era se a Adusp deveria, ou não, recorrer da decisão monocrática de um desembargador do TJ-SP que — suspendendo decisão liminar de primeira instância — autorizou a reabertura do *campus* da USP Leste, interdita-

do desde janeiro deste ano.

A decisão liminar da 2ª Vara da Fazenda Pública determinara a interdição “até que a ré [a USP] adote as providências a que se referem os itens 1.1.a a 1.1.e, da inicial”, o que ainda não ocorreu, no entendimento da Diretoria da Adusp, diante da análise dos últimos documentos encaminhados pela USP ao TJ-SP (parecer técnico Cetesb 002/2014/CAAR de 11/7/2014: <http://goo.gl/qsQQpn> e despacho Cetesb 149/14/CA de 14/7/2014: <http://goo.gl/jVjHsT>), que por isso deliberou impetrar um agravo, isto é, um recurso a ser apresentado ao próprio tribunal.

Um grupo de docentes da EACH entende, porém, que as medidas de reparação ambiental adotadas pela USP no *campus* leste até o momento já são suficientes para garantir o retorno em segurança. Eles fizeram circular um manifesto com cem assinaturas (<http://goo.gl/Nhg7ch>), no qual afirmam que “a atual Reitoria da USP tem manifestado atendimento às exigências dos órgãos públicos, em particular da Cetesb, por meio de ações preventivas e corretivas”, e portanto explicitam “posição favorável à desinterdição do *campus* USP Leste e retomada imediata das atividades”.

Em assembleia setorial da EACH realizada em 28/7 pela manhã, na Faculdade de Educação, o presidente da Adusp defendeu a posição da diretoria da entidade de impetrar o agravo à desinterdição. No entanto, os docentes favoráveis à desinterdição apresentaram proposta contrária ao agravo, que a setorial aprovou por 17 votos a 11, com quatro abstenções. A setorial também aprovou, por 15 votos a 12, proposta a ser encaminhada à AG, pedindo que a discussão sobre o agravo fosse retirada de pauta.

## EACH em debate (2).

Assim, preliminarmente a AG deliberou quanto à proposta da setorial de retirar da pauta a questão do agravo. Por maioria, após defesas, foi aprovada a manutenção do ponto na pauta. Em seguida, o professor Ciro Correia expôs os argumentos da direto-



Assembleia aprova encaminhamentos propostos pela Comissão de Mobilização

ria, com base numa apresentação de documentos no telão (<http://goo.gl/e5lulN>): a decisão da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública e os citados parecer técnico de 11/7 da Cetesb e despacho de 14/7 da Cetesb, este de autoria do gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb, Elton Gloeden. Assim, os apontamentos e as afirmações do presidente da Adusp apoiaram-se diretamente no teor desses documentos exibidos à AG (e cujos trechos mais significativos foram destacados para melhor compreensão).

Ciro assinalou que a USP avançou na instalação dos sistemas de extração de metano, mas não os concluiu. Sustentou que a avaliação dos riscos à saúde humana, indispensável a uma eventual desinterdição do *campus*, continua sendo demandada no parecer técnico da Cetesb, porque depende de uma série de análises ainda não concluídas — entre elas as relativas aos PCBs (compostos com bifenilas policloradas ou ascaréis considerados carcinogênicos) — e em alguns casos não realizadas, como as do solo superficial.

O presidente da Adusp comentou inconsistências do despacho do gerente da Cetesb, como o trecho em que chama eufemisticamente de “solo depositado na área” (Gloeden) o que vem a ser o “aterro criminoso de 2011” (Ciro), lembrando que a Reitoria limitou-se a colocar grama no material e cercar com tapume, deixando de atender à orientação inicial da Cetesb de recobrir com terra livre de qualquer contaminação (limpa).

Sobre o parecer, observou que ele não leva em consideração todos os estudos prévios desde 2005, limitando-se aos da Servmar e da Weber (todos de 2014). Chamou atenção para o fato de que a ma-

lha das análises mudou e a “análise do solo superficial sumiu do cenário”. Apontou passagens do parecer e do próprio despacho de Gloeden que contradizem, de modo contundente, a recomendação deste de dar início ao processo de desinterdição. O parecer reconhece, por exemplo, que são inadequadas tanto a forma de medir a intrusão de gases, como a medição do limite inferior de inflamabilidade como indicador da presença de metano.

Por fim, Ciro enfatizou que as exigências constantes da Licença Ambiental de Operação 2.118 (2012) e do Auto de Infração 30001630 (2013), que permanecem em vigor, não foram cumpridas pela Reitoria até hoje. Lembrou que ao assinar o TAC a USP aceitou que o acordo não implicaria a desinterdição imediata do *campus*, pois isso exigiria realizar todos os ajustes necessários, para em seguida serem certificados pela Cetesb e anuados pela MP; mas em vez disso a USP emitiu nota “comemorando a desinterdição”.

Acrescentou que a reunião entre as partes, preliminar à desinterdição, proposta pela Cetesb e pela própria USP, simplesmente não foi realizada — ao contrário, estranhamente o desembargador decidiu mandar “reocupar o *campus*”; que a juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública já se pronunciou pelo prosseguimento da ação nos termos propostos; e que não há como concluir pela inexistência de riscos à saúde humana no *campus* da EACH nas presentes circunstâncias.

**EACH em debate (3).** Os participantes da assembleia entenderam que seria preciso abrir, para os defensores da desinterdição, tempo igual ao utilizado por Ciro. Em razão disso, o professor

Felipe Chambergo (EACH), um dos signatários do manifesto favorável à desinterdição, apresentou estudo seu e da professora Viviane Nunes (EACH), já exposto na setorial, no qual se baseiam seus argumentos (<http://goo.gl/LezkS2>).

Ademais, o entendimento de Chambergo apoia-se no reconhecimento de que a Cetesb é o órgão fiscalizador do meio ambiente:

“Tem poder de polícia. Quando o *campus* começou a ser instalado a Cetesb já estava controlando, detectou a presença de alguns compostos químicos que não deveriam estar presentes num solo em condições normais”. Assim, sustentou ele, se a Cetesb deu seu aval à desinterdição, por entender que não há risco iminente à saúde e à segurança dos frequentadores, isso deve ser acatado; mesmo porque, na sua opinião, a companhia tratará de cobrar da USP todas as medidas de remediação que ainda se fizerem necessárias.

O professor da EACH deu uma série de informações para convalidar a avaliação de que o *campus* leste não oferece riscos significativos. Em 2011, disse, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) “liberou um laudo no qual avaliou toda a área do *campus* para compostos químicos (aproximadamente 180) e nenhum deles estava cima do valor”.

Ele admitiu que há presença de compostos PCB em cinco pontos da área central: “Foi determinado que toda essa área fosse cercada e coberta com grama. É uma medida de prevenção, não é uma medida que vai resolver”. A Cetesb, disse, indicou 13 compostos da família PCB que devem ser investigados. Contudo, esclareceu, trata-se de uma análise complementar. “Se a Cetesb determinar que a terra deverá ser removida, a USP terá de retirar. Queremos voltar ao *campus* com base estritamente no parecer da Cetesb, que indica que não existe risco”.

Sobre o metano presente no solo, Chambergo comentou que desde 2004 se sabe que a área recebia material de dragagem do Tietê, rico em matéria orgânica que gera o metano. Explicou que é preciso evitar intrusão dos gases no interior dos prédios e evitar sejam atingidos limites de explosividade. Porém, advertiu, “não há tecnologia definida para manejar metano em áreas urbanas”. De qualquer modo, ele relatou que foram instalados diversos equipamentos, que já estão funcionando: “O sistema já está apresentando eficiência”, afirmou.

Ao final de sua exposição, outros docentes fizeram complementações ou perguntas. A professora Graziela Perosa enfati-



Daniel Garcia

Ao final de longo debate, assembleia aprova por maioria agravo à decisão do TJ sobre EACH

zou que foram colhidas para análise 256 amostras de terra, das quais somente 5 (2%) apresentaram contaminantes. A professora Carmen Moraes (FE) indagou: “Por que vocês têm tanta confiança em que a Reitoria vai retirar a terra?”, ao que Felipe respondeu: “Porque o poder de polícia ambiental é da Cetesb. Nós vamos continuar pressionando por isso”.

#### EACH em debate (4).

Iniciado o debate sobre a questão, diversos docentes se manifestaram. Lighia Matsushigue (IF) destacou a conduta comprometida das instituições envolvidas: “A Cetesb interditou repentinamente o aterro. Na véspera, crianças brincavam lá. A área toda é próxima de salas de aula. Ascarel é algo muito complicado, e a terra não é uniforme. Com o comportamento do governador, com o comportamento do reitor... como é que a gente tem certeza de que isso vá ter um caminho positivo?”

Ciro Correia apontou os seguidos recuos da Cetesb. A companhia ambiental pediu a realização de levantamento ambiental do *campus*, o que não foi feito, e depois declarou que o local deveria ter seu licenciamento suspenso, o que também não ocorreu. “Em 2006, novo parecer técnico recomendou a paralisação e solicitação de esclarecimentos ao DAIA [Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental], e nada ocorreu. Por que a Cetesb não explicou por que mudou a malha de coleta de amostras de 10 x 10 metros para 20 x 20 metros?”, questionou, pois a ampliação da malha de análise aumenta a chance de que pontos com contaminantes passem despercebidos. Ao tratar da necessidade de apresentar o agravo, destacou: “A decisão de desinterditar não tem fundamentação nos próprios documentos que a sugerem e a área não está descontaminada. Quem cala, consente”, concluiu.

Graziela Perosa defendeu o retorno imediato às atividades na

zona leste: “A gente não pode ser contra voltar para o *campus* porque a contaminação pode ser maior do que os dados atuais revelam. Os compostos precisam ser ingeridos e não inalados para que atinjam nossa saúde. Passeando pelo *campus*, dando aula, a gente não vai se contaminar”. A atual direção da EACH é “completamente comprometida com o projeto de biorremediação, após a retirada da terra”.

Para Adriana Tufaile (EACH), a “suposta análise de risco” não considerou a dose de exposição passada: “Poeira de ascarel que eu respirei, que os meus colegas respiraram, os alunos... jogaram bola. Essa exposição de dez meses de terraplanagem não foi contada”.

Marcelo Laureto (EACH) ponderou que deixar de entrar com o agravo não comprometeria a posição da Adusp: “A Adusp não tem que assinar que não tem risco”. Mas, a seu ver, hoje há muito mais informação sobre as questões ambientais do *campus*, de modo que é possível assegurar a viabilidade do retorno. “Foi realizada uma avaliação de risco em abril de 2014. Hoje, em julho de 2014, há um TAC que está em discussão com MPE, Cetesb, USP. Existem ajustes a serem feitos. Todos somos unânimes em que as ações de remediação continuem a serem feitas”.

Felipe Chambergo insistiu no baixo grau de exposição da comunidade da escola aos contaminantes. Explicou que, devido às características dos compostos químicos encontrados na área, o risco que oferecem é quase nulo: “Vocês acham que a gente não pensou nos 5 mil alunos, nos docentes, nos funcionários? Eu passo mais de 12 horas nesse *campus*. Seremos afetados por esse material só se ingerirmos. Inalação, [o risco é] quase zero”.

Bete Franco (EACH) se disse “dilacerada” pela situação em que a unidade e os docentes se encontram: “Ficamos numa condição inenarrável de violência institucional. Me sinto violentada pela instituição, porque todos sabemos

que foi cometido um crime ambiental. A USP desrespeita a EACH desde a implantação. Estão nos desmerecendo como servidores”.

Elizabeth Spinelli (FFCLRP) argumentou tratar-se de um papel da Adusp, na condição de sindicato da categoria: “Existe um princípio que norteia quem trabalha com a saúde, que é a precaução. Eu ficaria muito desapontada com meu sindicato se ele não defendesse a saúde dos trabalhadores. Sou a favor do agravo”.

Ana Fani Carlos (FFLCH) criticou docentes que, a seu ver, procuravam bloquear o debate na AG de um modo que poderia parecer fazer “chantagem” ao lembrar, por exemplo, que “100 pessoas assinaram o manifesto”. Lembrou que a Adusp esteve ao lado da EACH desde o início da greve na unidade, em 2013. Buscou os princípios da *polis* grega para sustentar a legitimidade e soberania da assembleia: “Quando só votam os especialistas não existe democracia”, disse.

Márcio Ribeiro (EACH) se declarou cada vez mais convencido da existência de riscos no *campus* leste: “Fui a primeira pessoa a sugerir que a gente desocupasse aquele *campus*, porque estávamos colocando milhares de pessoas em risco”.

#### Enfim, votação!

Encerrado o debate, a questão foi a voto. Por ampla maioria, a diretoria da Adusp foi autorizada a apresentar agravo à decisão do desembargador, isto é: requerendo que seja mantida a decisão liminar (<http://goo.gl/9CnxsC>) que determina a interdição do *campus* até que sejam devidamente contempladas as providências detalhadas nos itens 1.1.a até 1.1.e da petição inicial (<http://goo.gl/Xl0Lv4>), e plenamente resguardada a área de riscos à saúde e à segurança de docentes, funcionários e estudantes da EACH.

O agravo aprovado pela assembleia foi protocolado no TJ-SP, pelo departamento jurídico da Adusp, em 1/8 (<http://goo.gl/HQObGh>).

# Zago em campanha x Zago em ação

Declaração do reitor Marco Antonio Zago à revista Veja, edição de 25/6/2014: “estabilidade precoce de professores e funcionários paralisa as coisas”.

Vida real:

## Evolução de alguns indicadores da USP

	1989	2012	var (%)
Cursos de Graduação	126	249	98,00%
Alunos de Graduação	31897	58303	83,00%
Alunos de Mestrado	8486	13836	63,00%
Alunos de Doutorado	4428	14662	231,00%
Docentes	5626	5860	4,00%
Funcionários	17735	16839	-5,00%
Trabalhos publicados/docente	2,7	5,6	107,00%
Trabalhos indexados no <i>Institute of Scientific Information (ISI)</i>	1014	9893	876,00%

Fonte: Anuário da USP

**Zago em campanha:** “A democracia na universidade não diz respeito apenas à escolha de dirigentes, pois se a estrutura interna de poder não for alterada, as decisões e a condução dos trabalhos continuarão centralizadas”.

**Zago em ação:** “Se falar que não tem democracia na USP a conversa acaba” (em reunião em Ribeirão Preto).

**Zago em campanha:** “O ponto mais significativo da reforma do poder é mudar a maneira como são tomadas as decisões, fazendo com que o Conselho Universitário, as Congregações e os Conselhos Centrais tenham uma participação mais relevante na vi-

da da Universidade”.

**Zago em ação:** “Criamos um grupo de trabalho para determinar o que deve ser entendido por excelência”. “Seria muito melhor se houvesse um orçamento anual definido e a prerrogativa de contratar e demitir de acordo com o desempenho” (Veja).

**Zago em campanha:** “A USP tem o dever de ser exemplar quanto à transparência dos processos de decisão, definição de políticas e utilização dos recursos públicos”.

**Zago em ação:** Até o momento não abriu as contas da USP, não explicou quais as obras previstas, nem a que se destinam os



recursos comprometidos e, menos ainda, por que razão não foram utilizados os R\$ 129 milhões previstos no Orçamento da USP para “atendimento das decisões do Cruesp com relação à política salarial das Universidades Estaduais” (Orçamento-Anexo, p.4).

**Zago em campanha:** “O problema da USP hoje é político muito mais do que econômico”.

**Zago em ação:** Diz que a USP está quebrada. Omite que parte do saldo bancário que a USP possuía em dezembro de 2013 (de R\$ 2,5 bilhões!) tem origem, segundo Joaquim Engler (30 anos de COP!), em proposta do então reitor Marcovitch e “seria utilizada

no pagamento dos inativos” (vide <http://goo.gl/KdPSol>). Omite que o comprometimento com inativos era de 12,9% da folha de pagamentos em 1987 e está em 20,5% atualmente. Isso demonstra que há muito o que ser explicado antes de se atribuir o “buraco” nas contas à reestruturação salarial das carreiras.

**Zago em ação:** “Os pesquisadores precisam arriscar mais, sair da zona de conforto” (Veja).

**Fica a questão:** quando vamos sair, todos nós docentes, da zona de conforto e cobrar dos gestores da USP respeito ao que prometeram em campanha?

## Reitoria da USP radicaliza “diálogo” e agora ameaça corte de salários

No dia 22/7 a Reitoria da USP autorizou, por meio da Circular 012/2014 da Coordenadoria de Administração Geral (Codage), o corte de ponto de docentes e de funcionários técnico-administrativos que aderiram à greve, que já dura mais de dois meses. A Reitoria alegou que a circular seria apenas para orientar os diretores das unidades quanto ao registro das faltas.

O Fórum das Seis pronunciou-se de imediato sobre a decisão da Reitoria, por meio de nota na qual denuncia serem “um grave ataque ao exercício do direito de greve medidas que tenham como objetivo o corte de ponto de qualquer membro das categorias em greve nas universidades estaduais paulistas”.

Tão logo tomaram conhecimento da decisão da Codage, as diretorias da Adusp e do Sintusp tomaram iniciativas com a finalidade de demover a coordenadoria e a própria Reitoria. Em 24/7, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, e

Magno Carvalho, diretor do Sintusp, conseguiram reunir-se com o vice-reitor Vahan Agopyan, superior hierárquico da Codage, e transmitiram-lhe o entendimento de que, além de ilegal, o corte de ponto, caso concretizado, seria uma violência contra todos que decidiram recorrer à greve. Vahan prometeu que realizaria consultas a respeito e que, até o final do dia, o professor José Drugowich daria retorno por telefone à Adusp. No entanto, foi a secretária do chefe do gabinete que ligou, para dizer que a decisão estava mantida.

“Tais medidas, de caráter autoritário, discriminatório, intimidatório e persecutório, constituem-se num atentado ao direito de greve consagrado na Constituição, além de aumentar a responsabilidade da administração pela gravidade da crise”, diz nota de repúdio assinada conjuntamente por Adusp e Sintusp. “Caso implementadas, visam impor o ônus do corte de salários àqueles que, legitimamente, se en-

contram em greve, na luta por melhores condições de trabalho e salários, diante da intransigência da administração que se nega à necessária interlocução por meio da qual o impasse poderia ser resolvido”.

**“Violência”.** As diretorias da FFLCH, ECA, FE e IP já se manifestaram oficialmente contra o registro das faltas, o que em tese assegura pagamento normal. Em outras unidades, contudo, ainda é incerto o que acontecerá.

Na opinião de Jorge Souto Maior, professor da FD e juiz titular na 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí, a Circular 12/2014 da Codage constitui “um atentado ao direito de greve e uma violência contra os servidores da USP”. Em artigo publicado para esclarecer a ilegalidade da ação, Souto Maior explica que a medida alega basear-se na Lei 7.783/89, que assegura o corte do salário caso a greve seja considerada ilegal ou abusiva pela Justiça do Trabalho — o

que não aconteceu no caso da USP.

“Em meio ao contexto das ilegalidades cometidas, a Administração da Universidade viu-se legitimada a invocar a Lei 7.783/89 para ameaçar os servidores com o corte de salário. Ora, a Lei n. 7.783/89, que em muita medida já é restritiva do direito constitucional de greve, deve ser aplicada por inteiro e não seletivamente [...] Do ponto de vista concreto, somente há desconto de salário na greve quando esta é considerada ilegal ou abusiva. Do contrário, a jurisprudência trabalhista jamais recusa aos trabalhadores em greve considerada legal o direito ao salário”, explica no artigo.

Porém, embora claramente inconstitucionais, os cortes de ponto de categorias do funcionalismo público em greve têm sido endossados pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, sempre que foi chamado a se manifestar sobre a matéria, atropelou a jurisprudência firmada pela Justiça do Trabalho.

# Zago e Vahan recebem representantes da Adusp

Conforme agendado no dia 23/7 com o chefe de gabinete, professor José Drugowich, ocorreu às 9h30 do dia 30/7 a reunião solicitada pela diretoria da Adusp, para tratar, com a Reitoria da USP, de padrões de diálogo político, dada a seriedade do momento, o agravamento das tensões e a falta de interlocução compatível com o esperado em um ambiente universitário.

O reitor Marco Antonio Zago, o vice-reitor Vahan Agopyan, o secretário-geral Inácio Poveda, e o superintendente de Assistência Social (SAS), Waldyr Jorge, receberam a delegação da Adusp, composta pelos professores Ciro Correia, Francisco Miraglia e Marco Brinati.

Os representantes da Adusp enfatizaram as preocupações com as atitudes da Reitoria desde a posse, que consideram antagônicas aos compromissos assumidos durante a campanha para reitor, de diálogo e do devido encaminhamento no âmbito das instâncias da universidade dos procedimentos para a sua democratização. Em relação ao momento imediato, ressaltaram a importância de se construírem perspectivas de distensão e negociação dos conflitos decorrentes do impasse nas negociações de data-base. Tal impasse foi agravado pelas iniciativas recentes da Reitoria de recorrer a medidas judiciais para lidar com piquetes e de orientar corte de ponto para os que, legitimamente, exercem o direito de greve.

**Franqueza.** De outra parte, os representantes da administração criticaram comportamentos que, no seu entendimento, visam antes atacar a pessoa do reitor do que contribuir para que haja progresso na credibilidade recíproca, que propicie entendimentos quanto às pautas em disputa; no entanto, não explicitaram a quem atribuir tais comportamentos.

Foi possível tratar com franqueza muitas das pendências no que concerne a demandas encaminhadas pela Adusp à Reitoria e que permanecem sem resposta. Além disso, os representantes da Adusp registraram a grande indignação gerada em parcela significativa dos docentes pelas

declarações públicas do reitor sobre temas essenciais para a universidade, sem a devida e prévia discussão interna. Adicionalmente, ponderou-se sobre a necessidade de que o reitor se disponha à negociação de data-base, que compreenda a necessidade do aumento dos recursos destinados pelo estado para o financiamento da universidade e que não atropelasse iniciativas propostas pela própria Reitoria, como a agenda da Comissão Assessora Especial (Caeco), ao tomar medidas ou ao se manifestar sobre questões cujas discussões ainda estão em pleno curso — como, por exemplo, a avaliação, a permanência ou não da CERT, as características da carreira, as atividades docentes.

Da sua parte, o reitor salientou as dificuldades criadas pelo aumento do percentual destinado à folha de pagamento dos funcionários durante a gestão anterior, re-

afirmando que não há possibilidade de reajuste face aos percentuais de comprometimento com salários nas três universidades. O reitor insistiu em que tanto ele quanto o vice-reitor (pró-reitores na gestão anterior) não tinham conhecimento do elevado comprometimento do repasse com a folha de pagamento, nem dos numerosos pagamentos já agendados para o ano de 2014.

**Atropelos.** Zago alegou a existência de embaraços que não lhe permitiram dar início efetivo à sua gestão, imediatamente após a posse, diante de atropelos do processo eleitoral, o qual não teria sido sucedido por uma fase de transição que permitisse acesso prévio a informações administrativas e financeiras.

Reafirmou sua posição quanto a ser necessário retomar a normalidade para que se possa abrir

qualquer processo efetivo de discussão ou negociação. O reitor argumentou também que, por considerar o assunto de extrema relevância, criou o GT Atividade Docente, cujas conclusões serão encaminhadas posteriormente à Caeco.

Quanto à EACH, externou sua convicção de que a Reitoria está fazendo o que é necessário e tecnicamente correto. Frisou seu entendimento de que a prioridade é retomar as atividades no campus, que considera oferecer condições de segurança em razão das medidas tomadas ou em andamento.

Ao término da reunião, ficou aberta a possibilidade de outra conversa se demandada por qualquer das partes, sem que, no entanto, tenha havido qualquer compromisso ou entendimento de como encaminhar as divergências e impasses postos.

## Agenda de atividades da greve

A sessão da Assembleia Geral Permanente realizada em 28/7 na História aprovou uma série de atividades e encaminhamentos propostos pela Comissão de Mobilização (CM). Entre os destaques estão as aulas inaugurais e debates organizados por diversas unidades, a serem realizados entre 4/8 e 8/8. A semana será encerrada por uma Aula Magna na FAU, a ser ministrada pela professora Marilena Chauí, e intitulada “Contra a Universidade Operacional”.

A AG aprovou, ainda, dois complementos às propostas da CM: a) elaboração de um texto sucinto de saudação aos estudantes, com histórico do movimento e o convite para que se agreguem à luta; e b) convite aos candidatos ao governo estadual para participem de debate, organizado pela Adusp, sobre o financiamento da educação em geral e das universidades estaduais em particular. A diretoria da Adusp foi convidada também, durante a assembleia, a participar de um debate na Faculdade de Saúde Pública com os candidatos a governador(a), a reali-

zar-se em 8/8.

A seguir, os detalhes da programação:

### 4 de agosto

- 14h00 – Aula inaugural da FAU, com o professor Vladimir Safatle (FFLCH)

### 5 de agosto

- 10h00 – Debate no IP: “Universidade pública e fundações de ‘apoio?’”, com o professor Ciro Correia (Adusp)
- 17h00 – Debate no IF: “Cobrança de mensalidades nas universidades públicas?”, com os professores Leandro Tessler (Unicamp) e Ocimar Alavarse (FEUSP)
- 19h00 – Aula inaugural da FFLCH, a cargo do professor Francisco Foot Hardman (Unicamp)

### 6 de agosto

- 10h00 – Aula Debate na FFLCH com o professor Adrián Fanjul: “Discurso jornalístico e mobilizações de rua no Brasil e no Chile” (prédio de Letras)
- 14h00 – Aula Debate na FFLCH a cargo da professora Ana

Fani Alessandri Carlos: “As lutas na cidade e pela cidade” (anfiteatro da Geografia)

- 16h00 – Aula Debate na FFLCH com a professora Paula Marcelino: “Sindicalismo e greves no Brasil” (sala 14 das Ciências Sociais)

### 7 de agosto

- Manhã - Assembleias setoriais da Adusp
- 15h00 – Assembleia Geral da Adusp, no Anfiteatro da História
- 20h00 – “Cinquenta anos do Golpe Militar: a luta pelos direitos humanos e sociais no Brasil hoje”, debate com a participação do professor Pablo Ortellado (EACH) e de Renan Quinalha (Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”)

### 8 de agosto

- 11h00 – Debate com os candidatos ao governo de São Paulo na Faculdade de Saúde Pública
- 17h00 – Aula Magna da Greve: “Contra a Universidade Operacional”, a cargo da professora Marilena Chauí (auditório da FAU)